

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

PROCURADOR – CLASSE I

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- Este caderno é composto de **50 questões** objetivas de múltipla escolha, sendo que somente uma alternativa em cada questão está correta, e **uma questão dissertativa**. Confira se seu caderno possui todas as páginas. Qualquer problema, comunique ao fiscal.
- Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta, não porosa, para preencher sua **FOLHA DE RESPOSTAS** personalizada.
- O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.
- **Não** haverá troca de Folha de Respostas, portanto, tenha muita atenção ao preencher o campo referente à alternativa escolhida.
- Serão consideradas **erradas** as questões com dupla marcação ou com rasuras.
- **O CANDIDATO DEVERÁ MANTER SEU CELULAR DESLIGADO (COM BATERIA DESACOPLADA DO APARELHO) ENQUANTO PERMANECER NO LOCAL DE PROVA.**

- **Duração da prova:**

Tempo máximo: 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para preenchimento das folhas de respostas.

Tempo mínimo: 30 (trinta) minutos.

- **DEPOIS DE TRANSCORRIDAS DUAS HORAS DO INÍCIO DA PROVA, O CANDIDATO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES.**

- **ATENÇÃO:** Transcreva no quadro indicado para **EXAME GRAFOTÉCNICO** na sua folha de resposta objetiva, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A esperança é um ingrediente indispensável à vida.

(DESTAQUE AQUI)

DIVULGAÇÃO DO GABARITO:

A partir de **24/07/2017**

www.indepac.org.br/concursos e/ou www.osasco.sp.gov.br

USO EXCLUSIVO DO CANDIDATO: *Anote suas alternativas assinaladas para posterior conferência*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 5.

Quisera ser um gato

Fora os fantasmas que me acompanham e me fazem refletir sobre o sentido da vida, vivo eu, neste apartamento, com uma gatinha siamesa. Que é linda, não preciso dizer, mas, além disso, é especial: quase nunca mia e, quando soa a campainha da porta, se arranca. Nem eu sei onde ela se esconde.

Ela é, portanto, muito diferente do gatinho que, antes dela, me fazia companhia e que se foi. Morreu de velho, já que nunca havia adoecido durante seus 16 anos de vida. Quando adoeceu, foi para morrer. Não preciso dizer que fiquei traumatizado e não quis mais saber de outro gato. Amigas e amigos me ofereceram um substituto para o meu gatinho, e eu respondia que amigo não se substitui.

Os anos se passaram, a dor foi se apagando, até que um belo dia, minha amiga Adriana Calcanhotto chegou aqui em casa com um presente para mim: era uma gatinha siamesa. Faltou-me coragem para dizer não, mesmo porque a bichinha me encantou à primeira vista. Manteve-se arredia por algum tempo, mas logo me aceitou e nos tomamos amigos.

Hoje me sinto praticamente lisonjeado pelo fato de que, por medo ou desconfiança, enquanto ela foge de todo mundo, me busca pela casa, sobe em minhas pernas e ali se deita, isso sem falar que, todas as noites, dorme em minha cama.

Confia em mim, sabe que gosto dela e que pode contar comigo para o que der e vier. Essa confiança de um bicho que não fala a minha língua, que não sabe quem sou eu, mas só o que sou dentro desta casa, me alegra.

E às vezes, olhando-a dormir na poltrona da sala, lembro que para ela a morte não existe, como existe para nós, gente. Ela é mortal, mas não sabe, logo é imortal. A morte, no caso dela, é apenas um acidente como outro qualquer, dormir, comer, brincar, correr; só existirá quando acontecer, sem que ela saiba o que está acontecendo.

Neste ponto é que a invejo. Já pensou como a vida seria leve se não tivéssemos consciência de que ela acaba? Seria como viver para sempre, tal como ocorre com a gatinha.

E enquanto penso essas tolices, ela — que se chama Gatinha — se levanta, vem até mim e começa a se roçar nas minhas pernas, insistentemente. Só então me dou conta de que está pedindo que eu vá até a cozinha e ponha ração no seu prato. Ela não sabe que é mortal, mas sabe muito bem que necessita comer e que quem lhe providencia a comida sou eu.

A verdade é que vivemos os dois neste apartamento cheio de livros, quadros e móveis (feitos por mim, não por Calder, ou seja, falsos móveis) e nos entendemos bem. A Gatinha é diferente do Gatinho, é de outra geração, a geração do pet shop. Por isso mesmo, ela não come carne nem peixe, só come ração.

Consequentemente, ao contrário do Gatito, que subia na mesa para xeretar meu almoço, ela não está nem aí para comida de gente, só quer saber de ração. E tem mais: só pode ser aquela ração; se mudar, ela não come, cheira e vai embora.

Aliás, isso criou um problema sério, quando a ração que Adriana trouxera terminou. Como não entendia de rações, ao ver que a dela acabara, fui a um pet shop aqui perto para comprar e, como não tinha a dela, decidi comprar qualquer outra, mas fui advertido pela dona da loja de que teria que ser da mesma ração.

Fui a outra loja, bem mais longe, e lá também não tinha a tal ração. Pedi a meu neto que a comprasse num pet shop do Humaitá, bairro onde ele mora, e nada, lá também não havia. Desesperado, liguei para Adriana que, imediatamente, me fez chegar aqui em casa dois pacotes com a raríssima ração que a gatinha comia. Respirei, aliviado.

Depois aprendi que para evitar que ela morra de fome, no caso de faltar sua ração exclusiva, há que ter em casa uma ração parecida e ir misturando à sua até que se acostume. Coisas de gatos modernos, muito diferentes daqueles que, outrora, vagabundeavam aqui pelos telhados e pela rua.

Mas, se mudou a ração, não mudou a razão que me fez adotá-la como minha companheira de todas as horas, que me acorda, pontualmente, às seis horas da manhã, vindo cheirar meu rosto sob o lençol. E agora a vejo, ali, a poucos metros de mim, deitada na poltrona, livre da morte, nesta tarde de março, num determinado ponto da Via Láctea, onde moramos.

(Ferreira Gullar)

1) De acordo com o texto, considere as proposições abaixo.

- I. O autor não entende o fato da Gatinha fugir de todos, mas não dele.
- II. Como a Gatinha não tem noção do que é a morte, pode-se dizer que ela é imortal.
- III. Quando o autor diz que se trata de uma gata moderna, é porque ela é exigente quanto à alimentação.

É correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.

2) Observe a palavra destacada na frase: "Ela é, **portanto**, muito diferente do gatinho que, antes dela, me fazia companhia e que se foi." Assinale a alternativa em que se produz sentido semelhante.

- a) Não tenha medo, **pois** eu a ajudarei.
- b) Venha logo para casa **que** preciso da sua ajuda.
- c) Ricardo estudou muito, **por isso** merece passar.
- d) Tentamos falar com Mariana, **porém** ela não quis.

3) Assinale a alternativa que substitui corretamente a palavra em destaque no trecho abaixo.

"Coisas de gatos modernos, muito diferentes daqueles que, **outro**ra, vagabundeavam aqui pelos telhados e pela rua."

- a) antigamente
- b) sempre
- c) às vezes
- d) nunca

4) Assinale a alternativa em que a palavra destacada tem a mesma classificação morfológica da palavra destacada na frase abaixo:

E agora a vejo, ali, **a** poucos metros de mim, deitada na poltrona, fivre da morte, nesta tarde de março, num determinado ponto da Via Láctea, onde moramos.

- a) "Liberdade é **uma** palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda." (Cecília Meireles)
- b) "Permita que agora emudeça: que **me** conforme em ser sozinha." (Cecília Meireles)
- c) "Meus olhos **sem** força estão velando e rogando aqueles que não se levantarão..." (Cecília Meireles)
- d) "Talvez se as pálpebras pudessem inventar outros sonhos, **não** de vida..." (Cecília Meireles)

5) Assinale a alternativa em que a palavra destacada possui a mesma classificação morfológica que a palavra em destaque na frase abaixo:

"Mas, **se** mudou a razão, não mudou a razão que me fez adotá-la como minha companheira de todas as horas, que me acorda, pontualmente, às seis horas da manhã, vindo cheirar meu rosto sob o lençol."

- a) A poesia não **se** entrega a quem a define." (Mário Quintana)
- b) "A alma é essa coisa que nos pergunta **se** a alma existe." (Mário Quintana)
- c) "O homem vangloria-**se** de ter imitado o voo das aves com uma complicação técnica que elas dispensam." (Carlos Drummond de Andrade)
- d) "Chega um tempo em que não **se** diz mais: meu Deus." (Carlos Drummond de Andrade)

Leia o texto abaixo para responder às questões de 6 a 8.

Poeta português Manuel Alegre ganha Prêmio Camões 2017

O poeta português Manuel Alegre conquistou, nesta quinta-feira (8), o Prêmio Camões 2017, a maior distinção da literatura em língua portuguesa, anunciou o governo em nota.

"O grande reconhecimento deste poeta nasce de suas duas obras 'Praça da canção', de 1965, e 'O canto e as armas', de 1967. Hoje em dia, tem uma ampla obra difundida por vários países", informa o comunicado.

Nascido em 1936, Alegre foi um opositor ao regime de António Salazar. Integrante do Partido Socialista português, foi candidato na eleição presidencial de 2006, sendo derrotado por Aníbal Cavaco Silva. O poeta também foi deputado durante 34 anos e o primeiro português a ser designado membro honorário do Conselho da Europa.

O Prêmio Camões concede 100 mil euros a seus agraciados e foi criado em 1989 por Portugal e Brasil com o objetivo de reconhecer os autores de língua portuguesa, contribuindo, assim, para o reconhecimento do idioma.

Atribuído ao escritor brasileiro Raduan Nassar em 2016, já recompensou nomes como os portugueses Antonio Lobo Antunes (2007) e o Prêmio Nobel José Saramago (1995), o brasileiro Jorge Amado (1994) e o angolano Pepetela (1997).

Fonte: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/poeta-portugues-manuel-alegre-ganha-premio-camoes-2017.html>. Acesso em 09/07/2017.

6) Acerca do texto, leia as proposições abaixo.

- I. Manuel Alegre teve uma extensa carreira política.
- II. O Prêmio Camões é uma premiação concedida pelo governo português.
- III. Raduan Nassar e Jorge Amado foram contemplados com esse prêmio.

É correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.

7) Observe novamente a pontuação empregada no texto e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) No trecho "O poeta português Manuel Alegre conquistou, nesta quinta-feira (8), o Prêmio Camões 2017 (...)", o uso da vírgula é justificado, pois separa o adjunto adverbial que precede o verbo.
- b) No trecho "contribuindo, assim, para o reconhecimento do idioma.", o uso da vírgula é justificado, pois separa uma partícula de explicação.
- c) No trecho "tem uma ampla obra difundida por vários países", informa o comunicado", o uso da vírgula é justificado, pois separa as orações intercaladas.
- d) No trecho "já recompensou nomes como os portugueses Antonio Lobo Antunes (2007) e o Prêmio Nobel José Saramago (1995)", o uso da vírgula é facultativo antes da conjunção aditiva "e" quando usada para separar termos de uma mesma função sintática.

- 8) Assinale a alternativa que apresenta o mesmo sentido da palavra em destaque no trecho abaixo.

"O poeta português Manuel Alegre conquistou, nesta quinta-feira (8), o Prêmio Camões 2017, a maior **distinção** da literatura em língua portuguesa, anunciou o governo em nota."

- a) Diferenciação.
- b) Privilégio.
- c) Delicadeza.
- d) Peculiaridade.

- 9) Sobre concordância verbal, leia as proposições abaixo.

- I. Aquilo foi nossos sonhos.
- II. O que eu admiro em você é os seus cabelos.
- III. Brincava, no pátio, Joana, Flávio e as novas vizinhas.

Assinale a alternativa correta.

- a) A concordância da proposição I está correta, pois o verbo "ser" deve concordar com o pronome e não com o predicativo do sujeito.
- b) Somente a concordância apresentada na proposição II está correta, pois o verbo "é" ("ser") está concordando com o sujeito.
- c) A concordância da proposição III é considerada correta, pois o verbo "brincava" está concordando com o elemento mais próximo "Joana".
- d) Somente a concordância das proposições II e III estão incorretas, pois os verbos "é" ("ser") e "brincava" deveriam concordar, obrigatoriamente, com os predicativos, que estão no plural e composto.

- 10) Assinale a alternativa em que todas as palavras estejam empregadas corretamente.

- a) A depressão é o mau do século.
- b) Daqui a um mês, faremos nossa tão sonhada viagem.
- c) A prefeitura, por hora, não pretende alterar o valor do IPTU.
- d) Não me atentei a esse detalhe, passou despercebido.

- 11) Acerca da concordância nominal, assinale a alternativa correta.

- a) Até que custou barato a nossa viagem para a Tailândia.
- b) Não vamos permitir que você fique triste, afinal, alegria é necessária.
- c) Nossas primas são bastantes especiais.
- d) Na cidade, a mensalidade da escola é caro, mas a qualidade do ensino é excelente.

- 12) Acerca de regência nominal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Essa postura não parece adequada à situação.
- b) Juliana e Pedro são entendidos aos assuntos de orçamentos e finanças.
- c) Renato mostrou-se incapaz para desempenhar os protocolos de atendimento.
- d) João ficou responsável por cuidar da emissão das passagens áreas.

- 13) Sobre regência verbal, leia as proposições abaixo.

- I. Vinicius esqueceu-se as pessoas mais importantes da sua vida acadêmica.
- II. Os meninos desobedeceram os professores novamente.
- III. Simpatizei com a nova funcionária do departamento jurídico.

Assinale a alternativa correta.

- a) A regência apresentada na proposição I está correta, pois o verbo "esquecer", quando é pronominal, é transitivo direto.
- b) As regências apresentadas nas proposições II e III estão incorretas, pois "desobedecer" e "simpatizar" são, respectivamente, verbo transitivo indireto e verbo transitivo direto.
- c) As regências apresentadas nas proposições I e II estão incorretas, pois o verbo "lembrar", quando é pronominal, é transitivo indireto, assim como o verbo "desobedecer".
- d) Apenas a regência apresentada na proposição III está incorreta, pois o verbo "simpatizar" é transitivo direto e indireto.

Leia a tirinha abaixo para responder às questões 14 e 15.



- 14) Assinale a alternativa que apresenta a mesma função do termo destacado no 4º quadrinho.

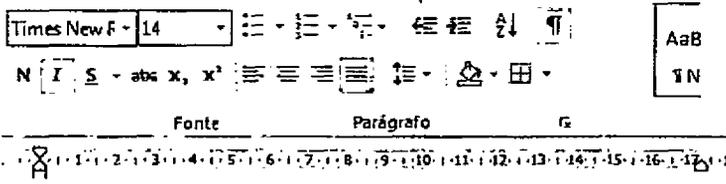
- a) Entregamos um relatório **que** se refere à última reunião.
- b) O **que** faremos essa noite?
- c) Não sei o **que** você precisa para mudar de vida.
- d) Exijo **que** o senhor nos informe sobre a situação do imóvel.

15) Sobre o uso do pronome demonstrativo "isso", presente no primeiro quadrinho, assinale a alternativa correta.

- a) O pronome correto deveria ser "isto", já que a coisa demonstrada está próxima do locutor.
- b) O pronome correto deveria ser "isto", já que está fazendo referência a algo que não foi dito.
- c) O uso do pronome está correto, pois está se referindo a algo que já foi dito.
- d) O uso do pronome está correto, pois está se referindo a algo que está próximo do locutor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Observe a imagem abaixo do MS Word.



Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839, numa família humilde. Era filho de dois ex-escravos: mulatos alfombrados: o pintor de paredes Francisco José de Assis e a lavadeira Maria Leopoldina Machado de Assis. Essa situação marcou toda a sua vida, já que a escravidão só seria abolida no Brasil 49 anos depois do seu nascimento. Ficou órfão quando era muito pequeno e foi criado por sua madrastra, a também mulata Maria Inês, que lhe apresentou e ensinou as primeiras letras.

Machado de Assis enfrentou muitos desafios por ser um mestiço no século XIX, incluindo o acesso limitado à educação formal. Passou pela escola pública, mas sua formação na verdade foi autodidata, já que sua mãe a foi à universidade. Por outro lado, uma grande ambição intelectual o acompanhou por toda a vida. Em um de seus primeiros trabalhos, na padaria de Madame Guillot, aprendeu a ler e a traduzir francês, e quando já estava perto de completar 70 anos quis começar a estudar grego.

Considerando que o cursor do mouse está logo após a primeira palavra do segundo trecho, analise as assertivas abaixo, considerando V para Verdadeiro e F para Falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O documento está exibindo marcas de parágrafo.
 - () Os dois trechos estão centralizados.
 - () A diferença na formatação entre o primeiro e o segundo trecho é que o segundo está em negrito.
 - () Os dois trechos estão justificados.
 - () Além de apresentarem fontes diferentes, o primeiro trecho está justificado, e o segundo trecho, alinhado à esquerda.
- a) V / F / F / V / F
 - b) V / V / F / F / F
 - c) F / F / V / V / F
 - d) V / F / F / F / V

17) Assinale a alternativa que apresenta as teclas de atalho que têm como função centralizar um texto, no MS Word, em suas recentes versões.

- a) Alt+Q
- b) Ctrl + A
- c) Ctrl + E
- d) Ctrl +[

18) Sobre os recursos disponíveis no Microsoft Outlook, analise as assertivas abaixo.

- I. Existe a opção de criar modelo de e-mail para enviar mensagens cujas informações não mudam de uma para a outra. Também pode adicionar informações novas antes de enviar o modelo como uma mensagem de e-mail.
- II. Ao enviar imagens, é possível anexá-las à mensagem de e-mail ou inseri-las no corpo da mensagem.
- III. Fotos e outros tipos de anexos podem variar de tamanho. Muitos sistemas de e-mail limitam o tamanho das mensagens que pode enviar. Se estiver preocupado com o tamanho de suas mensagens de e-mail, é possível reduzir o tamanho de imagens anexadas e outros documentos.

É correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

19) No Windows, não é possível nomear arquivos ou pastas com alguns caracteres. Assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo inválido.

- a) Conhecimentos_de_Informática.doc
- b) Conhecimentos.de.Informática_MANHÃ.doc
- c) Conhecimentos_de_Informática/FINAL.doc
- d) Conhecimentos de Informática-Tarde.doc

20) Assinale a alternativa que apresenta as teclas de atalho que têm como função "Exibir downloads", no Internet Explorer, em suas recentes versões.

- a) Ctrl + E
- b) Ctrl + J
- c) Ctrl + L
- d) Ctrl + Shift

21) A função SE é uma das funções mais populares do Excel e permite que sejam feitas comparações lógicas entre um valor e aquilo que se espera. Sobre o assunto, observe a tabela abaixo:

	A	B	C	D
	Quantidade prevista	Quantidade confirmada	Status	Pessoas Excedentes
1				
2	280	300	Acima do limite	20
3	150	146	Dentro do limite	
4	295	213	Dentro do limite	
5	350	395	Acima do limite	45

Considerando que para a coluna C foi utilizada a função SE, é correto afirmar que foi digitado na célula C2 o seguinte:

- a) =SE(B2>A2;"Acima do limite";"Dentro do limite")
- b) SE=B2>A2;"Acima do limite";"Dentro do limite"
- c) =SE:B2>A2;"Acima do limite";"Dentro do limite"
- d) SE:B2>A2="Acima do limite"ou"Dentro do limite"

22) De acordo com o recente entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo, o prazo a ser aplicado às pretensões de repetição de indébito lastreadas na cobrança indevida de tarifas relativas aos serviços de água e esgoto é

- a) decadencial de 4 (quatro) anos.
- b) prescricional de 3 (três) anos, pois se enquadra na hipótese de pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa.
- c) decadencial de 1 (um) ano, já que o Código Civil não fixou prazo maior.
- d) prescricional de 10 (dez) anos.

23) Assinale a alternativa que está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- a) É penhorável o único imóvel comercial do devedor, ainda que o aluguel de tal bem esteja destinado unicamente ao pagamento de locação residencial por sua entidade familiar.
- b) Particulares não podem ajuizar ação possessória para resguardar o livre exercício do uso de via municipal instituída como servidão de passagem, pois trata-se de bem público de uso comum do povo.
- c) A ação de usucapião extraordinária poderá ser utilizada com a finalidade de reconhecimento do domínio de veículo e a regularização do registro de propriedade junto ao órgão de trânsito correspondente.
- d) Impede o pedido declaratório de usucapião especial urbana o fato de a área do imóvel ser inferior à correspondente ao "módulo urbano".

24) Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código Civil.

- a) Não obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, mesmo se exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões tomar-se-ão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- c) Não se aplica às pessoas jurídicas qualquer proteção dos direitos da personalidade.
- d) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

25) Dentre as alternativas abaixo, assinale a **INCORRETA**.

- a) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade dirige-se, oferecer-se para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- b) São nulos de pleno direito os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- c) No apreciar a coação, ter-se-ão em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade do ato respectivo.
- d) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

26) Segundo as disposições do Código de processo Civil vigente, é correto afirmar que

- a) a ação meramente declaratória só é admissível nos casos em que ainda não haja a violação do direito, limitando-se o interesse do autor à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; da autenticidade ou da falsidade de documento.
- b) inexistindo disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil, a ação proposta perante tribunal estrangeiro não permite que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- c) quanto à publicidade processual no caso de cooperação jurídica internacional, esta observará as regras previstas na legislação brasileira, não obstante legislação proveniente da legislação do Estado requerente.
- d) na cooperação jurídica internacional, o Ministério da Justiça exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.

27) Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no CPC/2015.

- a) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente não apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, pois é ônus do ente público realizar o cálculo.
- b) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- c) Se a Fazenda Pública apresentar apenas impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.
- d) A Fazenda Pública, ao impugnar a execução, não poderá arguir a ilegitimidade da parte, uma vez que tal matéria já está preclusa.

28) Com relação aos recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado na apelação.
- b) O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável mediante agravo de instrumento.
- c) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão mais ser suscitadas na apelação, ainda que a parte possua provas de que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- d) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

- 29) Assinale a alternativa correta de acordo com o CPC/2015.
- Aplica-se o benefício da contagem em dobro à Fazenda Pública ainda quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
 - A assistência simples impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.
 - O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, mas não exercerá os mesmos poderes e nem se sujeitará aos mesmos ônus processuais que o assistido.
 - O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

- 30) Com relação aos embargos à execução, marque o item que se coaduna com o contido no CPC/2015.
- Os embargos à execução terão sempre efeito suspensivo.
 - Considera-se conduta atentatória à dignidade da justiça o oferecimento de embargos manifestamente protelatórios.
 - Os embargos serão oferecidos no prazo de 60 (sessenta) dias úteis.
 - O executado, desde que impreterivelmente garanta a execução por meio de penhora, depósito ou caução, poderá apresentar embargos à execução.

- 31) A respeito do tema "Improbidade Administrativa", assinale a alternativa correta.
- Os Prefeitos não se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, pois são responsabilizados política e criminalmente pelo procedimento que consta no Decreto-Lei 2011/1967.
 - A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa é de atribuição exclusiva do Poder Judiciário, não sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.
 - O magistrado não está obrigado a aplicar cumulativamente todas as penas previstas no art. 12 da Lei 8.429/92, podendo, mediante adequada fundamentação, fixá-las e dosá-las segundo a natureza, a gravidade e as consequências da infração.
 - O responsável pelo ato de improbidade administrativa decorrente da concessão indevida de benefício financeiro ou tributário está sujeito à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 (três) a 5 (cinco) anos e multa civil de até 100 (cem) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

- 32) Considerando-se a hipótese de um Procurador municipal responsável pela chefia de outros servidores, por indulgência, deixar de responsabilizar pessoa hierarquicamente subordinada que haja cometido infração, alegando, para tanto, não reunir competência administrativa para a prática do ato disciplinar, deixando também de comunicar a falta administrativa do seu funcionário à autoridade competente, com base no Código Penal, pode-se afirmar que, em tese, a conduta aqui descrita configuraria o crime de
- prevaricação.
 - condescendência criminosa.
 - advocacia administrativa.
 - abandono de função.

- 33) Considere as assertivas abaixo para assinalar aquela que, dentre elas, está correta.
- O falecimento do permissionário de um serviço público configura circunstância de extinção do ato administrativo pelo desaparecimento do objeto.
 - Configura modalidade de extinção do ato administrativo por cassação o desfazimento do ato de nomeação para o cargo de provimento efetivo de candidato não aprovado em concurso público.
 - É um exemplo de extinção do ato administrativo por contraposição a exoneração de funcionário.
 - Trata-se de caducidade a extinção do ato administrativo operada mediante o esgotamento do prazo de vigência, respectivo.

- 34) Considerando-se a disciplina do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que
- o ato vinculado, praticado pela Administração, pode ser revogado.
 - os atos administrativos que já exauriram os seus efeitos não podem ser revogados pelo poder discricionário da Administração.
 - os atos administrativos que já exauriram a competência relativa ao seu objeto não estão sujeitos à revogação discricionária da Administração.
 - os atos administrativos que integram um procedimento não podem ser revogados pela Administração, porque a cada novo ato praticado nesse contexto ocorre a preclusão com relação ao ato anterior.

- 35) A Empresa "X" firmou contrato de permissão de serviço de transporte público municipal com a cidade de Osasco, sem prévio procedimento licitatório. Depois de alguns anos da execução da avença, a Empresa "X" ajuizou uma ação requerendo o reajuste das tarifas, tendo em vista o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Diante desta situação hipotética e com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- A Empresa "X" tem razão ao requerer a revisão das tarifas, pois as concessões e permissões se enquadram na teoria clássica do contrato administrativo, sendo garantido o respeito ao princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ainda que firmado sem prévia licitação.
 - A Empresa "X" não tem razão ao requerer a revisão das tarifas, pois o princípio da supremacia do interesse público, juntamente com o fato de o contrato administrativo ser imutável, impedem alterações contratuais. A Empresa "X" deveria ter rescindido o contrato e pleiteado uma nova avença com uma política tarifária que atendesse ao equilíbrio econômico-financeiro.
 - A Empresa "X" não tem razão ao requerer a revisão das tarifas, pois é necessário o prévio procedimento licitatório para que haja a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão de serviço de transporte público.
 - A Empresa "X" tem razão ao requerer a revisão das tarifas, pois a permissão é um contrato administrativo de adesão que tem como pressuposto fundamental a revisão semestral das tarifas, para manter sempre incólume o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que independe da realização ou não de prévia licitação.

36) O Poder de Polícia consiste na prerrogativa conferida à Administração Pública para, com base na lei, restringir ou condicionar o exercício de direitos ao atendimento do interesse público, estando o conceito tratado, no plano legal, no art. 78 do Código Tributário Nacional. Com relação ao Poder de Polícia, assinale a alternativa correta.

- a) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, facultado o exercício do poder de polícia fiscalizatório.
- b) É inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- c) O poder de polícia incide diretamente sobre indivíduos e há sanções de polícia administrativa que implicam em detenção ou reclusão de pessoas.
- d) O exercício do poder de polícia pode se dar tanto em face de todos os administrados em geral, com base na noção de supremacia geral, como em face de particulares que possuem vínculos especiais com o Estado, com base na noção de supremacia especial.

37) Conforme a disciplina constitucional relacionada aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Ao servidor público investido no mandato de Vereador, desde que respeitada a compatibilidade de horários, é deferida a percepção das vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do recebimento da remuneração do cargo eletivo.
- b) A investidura de servidor público no mandato de Prefeito resulta necessariamente no seu afastamento do cargo, emprego ou função pública anteriormente ocupado, sem opção pela remuneração.
- c) No caso do exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ficará o servidor público afastado do cargo, emprego ou função ocupado anteriormente.
- d) Havendo o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

38) Julgue os itens abaixo:

- I. É vedado aos concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público promover desapropriações.
- II. O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.
- III. É insuscetível de retrocessão o imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda.
- IV. A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tomará necessária quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do interesse público.

Considerando os itens acima, assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens I e III estão corretos.
- b) Somente os itens III e IV estão corretos.
- c) Somente os itens I e IV estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.

39) A respeito da disciplina jurídica aplicável ao Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende o Princípio do Devido Processo Legal.
- b) No Processo Administrativo, o administrador deve se valer da verdade efetiva ou real, independentemente de se ater às provas e elementos do processo.
- c) No processo administrativo, é necessária estrita tipificação das condutas.
- d) Havendo duas soluções possíveis no Processo Administrativo, a decisão respectiva deverá ser aquela que melhor consagrar o interesse da parte litigante.

40) Nas contratações de pequeno valor avençadas entre Administração e o particular, quando destinadas à entrega futura ou parcelada do objeto e assistência técnica, pode-se afirmar, segundo a disciplina legal atinente ao contrato administrativo, que

- a) em face do pequeno valor da negociação, o termo de contrato é facultativo.
- b) no caso do enunciado, é obrigatória a contratação por meio do termo de contrato.
- c) o instrumento hábil à formalização desse negócio jurídico é a carta-contrato.
- d) a contratação deverá ser feita por meio de nota de empenho de despesa.

41) A respeito da ação de mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa que se apresenta correta conforme o regramento constitucional.

- a) Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano possui legitimidade ativa para o ajuizamento da ação acima mencionada, se relacionado o objeto respectivo à defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) Os cidadãos possuem legitimidade ativa para o ajuizamento da ação de mandado de segurança coletivo quando esta vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- c) Para a propositura dessa ação, é deferida a legitimidade ativa à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e com representatividade nacional, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) O político com representação em mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação possui legitimidade ativa para o ajuizamento da ação tratada no enunciado.

42) Segundo a Constituição Federal, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Acerca disso, pode-se afirmar que

- a) em face da tripartição, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estão adstritos ao exercício das suas funções típicas.
- b) a tripartição dos poderes é garantia constitucional que veda o exercício de funções atípicas a quaisquer dos Poderes da União.
- c) os Poderes da União exercem principalmente suas funções típicas, mas lhes é permitido exercer também funções atípicas, de cunho secundário, na concretização de outras funções.
- d) o sistema de freios e contrapesos viola a tripartição dos poderes.

43) Com relação à constitucionalidade dos atos municipais, é **INCORRETO** afirmar que

- a) no controle repressivo e concentrado, não cabe aos Tribunais de Justiça estaduais exercer o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal, pela via da ação direta.
- b) a competência dos Tribunais de Justiça estaduais é restrita à declaração da inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual e não em face da Constituição da República.
- c) é competente o Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.
- d) caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo municipal, mesmo que anteriores à Constituição vigente.

44) A respeito da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) o Tribunal de Contas da União é instituição permanente de natureza administrativa, e não judiciária. Logo, lhe é atribuída a função de controle e fiscalização das contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais. Entretanto, por não integrar o Poder Judiciário, não lhe cabe exercer funções sobre as contas do particular responsável por perda, extravio ou outra irregularidade resultante em dano ao erário.
- b) com fundamento no texto da Constituição da República, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União, dentre suas atribuições institucionais, exerce a função judicante, embora não integre o Poder Judiciário.
- c) a função fiscalizadora compreende, exclusivamente, a realização de auditorias e inspeções, por iniciativa própria, por solicitação do Congresso Nacional ou para apuração de denúncias, em órgãos e entidades federais, em programas de governo.
- d) a apreciação da legalidade dos atos concessivos de aposentadorias de pessoal no serviço público federal compete ao titular do serviço público ao qual o servidor está vinculado e não ao Tribunal de Contas da União, porquanto sua atuação recaia sobre o interesse público primário.

45) Sobre os institutos do Direito Tributário, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- a) a decisão administrativa que reconhece a imunidade tributária possui natureza constitutiva e produz efeitos *ex nunc*, passando a produzir efeitos a partir da publicação da decisão.
- b) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui o crédito tributário, sendo necessária, para tanto, a instauração de procedimento fiscal pela Administração.
- c) a confissão espontânea da dívida e seu parcelamento não têm o condão de restabelecer a exigibilidade do crédito tributário extinto pela decadência ou prescrição.
- d) é cabível a impetração de mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.

46) Sobre os impostos municipais e com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) É facultado ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária, visto tratar-se de mera atualização do valor.
- b) O locatário, apesar de não ostentar a condição de contribuinte ou de responsável, tem legitimidade ativa para litigar em ações de natureza tributária envolvendo o IPTU.
- c) O usufrutuário de imóvel urbano não possui legitimidade ativa para questionar o IPTU.
- d) O legislador tributário municipal pode eleger o sujeito passivo do IPTU, contemplando quaisquer das situações previstas no Código Tributário Nacional.

47) Caso, ao final de um quadrimestre, a dívida consolidada de um município ultrapasse o respectivo limite, enquanto perdurar este excesso hipotético, o ente Federativo incorre na obrigação de

- a) proibição de realizar operação de crédito interno, não estendida à realização de operação de crédito externo, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- b) obtenção de resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, caso em que os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c) enquanto perdurar o excesso, não realizar operação de crédito interna sem ressalva ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- d) não realizar operação de crédito, inclusive por antecipação de receita ou refinanciamentos de quaisquer naturezas ou espécies.

PROVA DISSERTATIVA – RASCUNHO

INSTRUÇÕES

A Prova Dissertativa não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada.

A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da Prova Dissertativa.

O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação. Deverá ser redigido um texto de, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 40 linhas.

QUESTÃO TEÓRICO-PRÁTICA

Considerando a renovação do mobiliário da Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente de determinado município, e ainda que o antigo parque tenha se tomado inservível aos interesses da Administração respectiva, uma vez consultado pelo Prefeito, na condição de Procurador Municipal competente, a respeito da possibilidade de disponibilização do referido patrimônio a entidades filantrópicas, porque esse patrimônio não mais atenderá às necessidades municipais, bem como considerando que esta consulta lhe tenha sido formulada em ano de eleições municipais, confeccione um parecer técnico acerca desta hipótese para orientar e subsidiar a atuação do gestor público.

48) Quanto às relações de trabalho, é correto afirmar que

- a) a alíquota de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço mensal para o menor aprendiz corresponde a 2% sobre a remuneração paga ou devida.
- b) não é possível a contratação de pessoal por tempo determinado pelo ente municipal, ainda que para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) frustrada a negociação coletiva em matéria trabalhista, as partes não poderão eleger árbitros.
- d) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 06 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

49) Assinale a alternativa correta.

- a) Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é ilícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.
- b) Na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, não é válida remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, ainda que cumpra jornada de trabalho reduzida.
- c) A contraprestação mensal devida ao professor, que trabalha no limite máximo da jornada prevista no art. 318 da CLT, pode ser menor que um salário mínimo integral, podendo ocorrer o pagamento proporcional em relação à jornada prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal.
- d) Não fere o princípio da isonomia instituir vantagem mediante acordo coletivo ou norma regulamentar que condiciona a percepção da parcela, participação nos lucros e resultados ao fato de estar o contrato de trabalho em vigor na data prevista para a distribuição dos lucros.

50) Sobre a compensação de jornada, considerando o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, indique o item correto.

- a) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada apenas por acordo individual escrito.
- b) O acordo individual para compensação de horas é válido ainda se houver norma coletiva em sentido contrário, pois a autonomia privada prevalece diante de disposição coletiva proibitiva.
- c) Não é válido acordo de compensação de jornada em atividade insalubre, ainda que estipulado em norma coletiva, sem a necessária inspeção prévia e permissão da autoridade competente, na forma do art. 60 da CLT.
- d) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada.